

# CRESCIMENTO ECONÔMICO DA METADE SUL DO RIO GRANDE DO SUL: IMPACTO DA ABERTURA ECONÔMICA DOS ANOS 90 NAS DESIGUALDADES INTER-REGIONAIS

RICARDO RONDINEL<sup>1</sup>

## Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar as desigualdades inter-regionais, da metade sul do Estado de Rio Grande do Sul frente à metade norte deste mesmo Estado. A tese central é que com o processo de abertura econômica, ocorrido nos anos 90, houve a entrada de produtos similares do Uruguai e da Argentina, países que tem uma dotação de fatores semelhante à metade sul do Estado. Para atingir o objetivo do trabalho foi realizada uma revisão bibliográfica e foram trabalhados alguns dados pontuais que ilustram esta situação. Finalmente, pode-se concluir que ocorreu um aumento das desigualdades inter-regionais no Rio Grande do Sul nos anos 90.

**Palavras-chave:** Desigualdades inter-regionais, Metade-sul do RS, Crescimento econômico, Abertura econômica.

## Abstract

*This paper has with objective to analyze the inter-regional inequalities, of the south half of the State of Rio Grande do Sul front in half north of this same State. The central thesis is that with the process of economical opening, happened in the nineties, there was the entrance of similar products of Uruguay and of Argentina, countries that has an endowment of factors fellow creature in half south of the State. To reach the objective of the work a bibliographical revision it was accomplished and they were worked some punctual data that illustrate this situation. Finally, it can be concluded that happened an increase of the inter-regional inequalities in Rio Grande do Sul in the nineties.*

**Key words:** Inter-regional inequalities, Half-south of RS, Economical growth, Economical opening.

## Introdução

O Estado de Rio Grande do Sul tem três macro-regiões bem definidas de acordo com a especialização espacial na produção. Por um lado, a metade norte do estado está dividida em duas macro-regiões. A região norte, caracterizada pela existência de pequenas propriedades rurais e especialização na produção do binômio trigo-soja e produção agro-industrial; e a região nordeste, onde predomina a produção industrial e também a pequena propriedade rural. Este é o núcleo dinâmico da economia atualmente. Por outro lado, a metade sul do estado, onde se localiza a região sul, caracteriza-se pelo predomínio da grande propriedade rural, a bovinocultura, a ovinocultura e a produção de arroz, com uma produção industrial pouco expressiva. (veja Anexo 1: Mapa do estado RS com regiões).

Estudos realizados por órgãos do estado têm concluído que o processo de crescimento industrial e a inserção da agricultura brasileira no contexto mundial, ocorridos nos últimos sessenta anos, têm contribuído para esvaziar a metade sul do estado tanto economicamente quanto demograficamente. Deste modo, teria surgido o

<sup>1</sup> Professor do Curso de Economia e do Mestrado em Integração Latino-americana, Bacharel em Ciências Econômicas pela UNMSM, Lima-Perú. Mestre em Planejamento Urbano e Regional pela UFRGS.

desequilíbrio regional entre o norte mais rico e desenvolvido e o sul mais pobre e menos desenvolvido.

Este processo de empobrecimento relativo da metade sul do estado em relação à metade norte se deu durante os últimos 60 anos. Porém um fator novo surgiu no início dos anos 90, a criação do Mercosul. Com o processo de integração ao diminuir-se as tarifas aduaneiras significativamente haveria a entrada de produção procedente dos países vizinhos, Uruguai e Argentina, que têm uma estrutura produtiva parecida com àquela da metade sul do estado. O resultado esperado seria o aumento da oferta, a queda dos preços e um detrimento nos termos de troca da metade sul que provocariam mais empobrecimento.

Isto somado ao processo de reestruturação produtiva de fusões e aquisições que foi impulsionado em nível mundial nos anos 80, e que no Brasil aumentou muito nos anos 90, provocaria maior perda de empregos e firmas face à desvantagem comparativa que teria a metade sul do estado e que sobrevivia graças à proteção que existia até então.

O fato concreto é que as exportações do Rio Grande do Sul (RS) entre 1992 e 1999 cresceram a 13% a.a. com os países do Mercosul, enquanto aquelas para o NAFTA e a União Européia caíram a taxas de -1,4% a.a. e -2% a.a. respectivamente. As exportações do RS com um todo cresceram a 2% a.a. e as importações a 14% a.a.<sup>2</sup> Isto poderia ser um indicio de que houve desvio do comércio do NAFTA e a UE para o Mercosul.

Com o grande aumento das importações - face à valorização cambial provocada pelo plano real entre 1994 e 1998, às reduções de tarifas aduaneiras e ao uso da política de importações como instrumento de combate à inflação - os preços agropecuários tiveram uma pressão baixista, provocando uma perda de termos de troca para macro região da metade sul. Deste ponto de vista

a metade sul teria sido prejudicada com o processo de abertura comercial.

A alteração do padrão cambial em janeiro de 1999, quando o país passou a adotar o regime de flutuação administrada (*managed floating*), provocou uma desvalorização real do Real vis-à-vis o Dólar e as moedas dos países do Mercosul, o que novamente provocou uma alteração na competitividade da produção nacional<sup>3</sup>

Conscientes do desequilíbrio regional, os dois últimos governos do estado (1994-2002) criaram programas para atrair novos investimentos ou conceder incentivos fiscais e creditícios, visando reduzir o desequilíbrio regional da metade sul.

No governo Britto (1994-1998) foi criada uma Secretaria de estado responsável pelos assuntos da metade sul, face à pressão social que se fez através do parlamento estadual gaúcho. O fato concreto é que a pressão social continua e há propostas até de separatismo da metade sul do estado para transformar-se em um novo estado da federação. Na assembléia legislativa gaúcha tramita um projeto a este respeito.

A visão predominante na teoria econômica neoclássica mostra que com o processo de expansão do capitalismo, no longo prazo o equilíbrio seria atingido desaparecendo as desigualdades regionais. Entretanto, ao que parece, não é isto que tem acontecido. A questão regional do nordeste do Brasil, a mais importante em nível nacional, ainda não está resolvida, pelo contrário, parece que o desnível relativo entre o nordeste e o centro-sul do país que vinha diminuindo até metade dos anos 80, tem piorado nos últimos quinze anos.

Também a questão da metade sul do Rio Grande Sul parece não encontrar caminhos que indiquem o início da reversão de uma tendência concentradora que vem se acentuando nos últimos sessenta anos. Pelo

<sup>2</sup> Veja Fligenspan, Flávio, *Economia gaúcha e reestruturação nos anos 90*. Porto Alegre FEE, 2000, p.199-203

<sup>3</sup> Op. Cit 1. As importações de carne do RS que aumentaram de 57 milhões em 1992 para 543 milhões em 1997, caíram para 516 milhões em 1999. Também as importações de cereais do RS que aumentaram de \$ 111 milhões em 1992 para \$307 milhões em 1997, caíram para \$208 milhões em 1999. Finalmente as importações de leite do RS que aumentaram de 5,7 milhões em 1992 para 554 milhões em 1998, caíram para 535 milhões em 1999.

contrário, com a abertura econômica e o processo de reestruturação produtiva dos anos 90, a distância entre norte e sul parece aumentar, em que pese os esforços governamentais no sentido de ter políticas públicas compensatórias.

Neste contexto este artigo faz uma revisão bibliográfica do material disponível sobre o objeto de estudo e apresenta alguns indícios que mostram que o desnível regional entre a metade norte e metade sul tem se acentuado nos últimos 20 anos. Principalmente nos anos 90 quando houve a abertura econômica e a reestruturação produtiva decorrente da política macroeconômica nacional.

### Desenvolvimento

Azzoni(1993) apresenta duas visões antagônicas sobre as desigualdades regionais. Por um lado, daqueles que defendem a idéia que o crescimento econômico provocará desigualdades regionais, por outro, daqueles que acreditam que o crescimento econômico se processa com igualdade e distribuição dos benefícios.

No primeiro grupo estariam autores como Myrdal e Hirschman. Myrdal, de acordo com Azzoni(1993), utiliza o referencial do círculo vicioso da pobreza. Segundo este autor um fator negativo é a causa de outros fatores negativos. Este processo negativo se não for regulado causaria desigualdades crescentes. A questão central estaria na concepção de equilíbrio estável que estaria subjacente nos modelos de crescimento econômico. Para Myrdal o mercado seria incapaz de regular o distribuir os benefícios do crescimento econômico. Para ele sendo o mercado incapaz num cenário de expansão econômica, o crescimento levaria a desequilíbrios regionais.

Por outro lado, Hirschman, de acordo com Azzoni(1993) acredita que no processo de crescimento econômico não haveria um crescimento balanceado e sim uma polarização. Ou seja, o crescimento econômico seria concentrador em torno de um pólo, o que provocaria desequilíbrios regionais.

No segundo grupo estaria Willianson, que segundo Azzoni(1993) acredita que o processo de crescimento econômico se daria numa primeira fase com aumento das desigualdades regionais e depois com diminuição das desigualdades. A curva das desigualdades regionais teria a forma de um sino. No início do processo de crescimento prevaleceriam economias de aglomeração e a tendência seria à concentração; com o tempo apareceriam deseconomias externas e haveria inversão no fluxo de capitais, das regiões mais ricas para as regiões mais pobres à procura de novas economias de aglomeração, o que tornaria o espaço econômico mais homogêneo.

Visando a contribuir com a formulação de diretrizes estratégicas para o desenvolvimento regional do Rio Grande do Sul o governo de estado lançou em 1987 o Projeto RS 2010. Um dos núcleos desse projeto era o núcleo de desequilíbrios regionais, constituído por técnicos da SCP da FEE e da METROPLAN<sup>4</sup>

De acordo com a SCP, FEE e METROPLAN (1987) as desigualdades regionais do Rio Grande do Sul têm, raízes históricas. Desde o início da ocupação do território do Rio Grande do Sul, até 1850, a metade sul do Rio Grande do Sul foi a região mais dinâmica da economia, baseada na criação de gado e produção de charque, o que foi possível com a existência de terras planas com pastagens naturais que fizeram com que se expandisse a pecuária extensiva. Durante o ciclo do charque se consolidaram dois pólos urbanos. Por um lado Pelotas, onde se concentrava o maior número de charqueadas, e por outro, o porto de Rio Grande através do qual se escoava a produção.

A forma de ocupação das terras e sua especialização na pecuária extensiva determinaram um tipo de propriedade rural onde predominava o latifúndio e decorrente disso a concentração de renda. Ao lado de um

<sup>4</sup> Secretaria de coordenação e planejamento do estado de Rio Grande do Sul, Fundação de economia e estatística e Fundação metropolitana de planejamento.

pequeno número de grandes proprietários rurais existia também um pequeno número de assalariados, o número de empregos era muito reduzido já que a pecuária não exigia grande contingente de mão-de-obra.

Enquanto durava o ciclo do charque na metade sul do estado, na metade norte existia algumas zonas de pecuária mais atrasada, de extrativismo ervateiro e de grandes florestas virgens. Porto Alegre era a capital da Província, onde predominavam atividades administrativas e de serviços mais perdía em importância econômica para os dois centros do sul antes referidos.

A dinamização da metade norte do estado iniciou por volta de 1825, com a chegada dos imigrantes alemães, para São Leopoldo e depois, em 1875, com a vinda dos imigrantes italianos para Caxias do Sul. A colonização aqui foi baseada na pequena propriedade e na produção agrícola diversificada. Porto Alegre se consolidou como pólo exportador através do qual se escoava a produção de banha, de cereais e de vinhos.

Com o tempo os imigrantes que ocuparam, primeiro, a região nordeste do estado, expandiram-se para ocupar depois as terras em direção a região norte até as florestas do rio Uruguai, processo que se completou até as primeiras décadas do século XX. A colonização dos imigrantes alemães e italianos se deu na base da pequena propriedade, com agricultura diversificada e uma distribuição de renda menos concentrada que a da metade sul.

Ainda de acordo com a SCP, FEE e METROPLAN (1987), a decadência da metade sul do estado teria iniciado em meados do século XIX, quando as charqueadas da metade sul passaram a sofrer a concorrência das charqueadas dos países platinos que eram mais produtivas e organizadas em base capitalista.

Do ponto de vista espacial no início do século XX, o estado estava configurado com uma metade sul onde predominava a grande propriedade rural e uma estrutura produtiva pouca especializada e a metade norte onde predominava a pequena propriedade rural, com uma economia mais dinâ-

mica e onde se desenvolvia uma estrutura produtiva mais diversificada.

O surgimento da indústria no século XX reforçou esta tendência. Surgiram indústrias em torno de Porto Alegre e da área de produção colonial para abastecer o mercado interno ali existente. A indústria que surgia na região sul apresentava grandes dificuldades, dado que o mercado interno era reduzido face à escassez de empregos. Com o tempo e o desenvolvimento de vias de transporte a produção industrial da metade norte passou a ser vendida na metade sul e a tendência foi o desaparecimento da produção do sul que não conseguia enfrentar a maior competitividade da produção do norte.

Com o início do processo de substituição de importações se consolidou na região nordeste do estado um pólo industrial no eixo Porto Alegre-Caxias do Sul. Desse modo, a metade norte do estado passou a diferenciar-se. Por um lado, a região norte do estado onde predominava a produção agrícola e a pequena propriedade rural, e por outro, a região nordeste onde predominava a produção industrial e a pequena propriedade rural de produção colonial diversificada. Nesta região norte passa a concentrar-se o maior contingente de população do estado, face à geração de empregos, a atração do emprego industrial e a expansão dos serviços urbanos.

Conforme dados da SCP, FEE e METROPLAN (1987) a metade sul, reduziu sua participação no PIB estadual de 38% em 1939 para 17% em 1994.

O PIB agropecuário da metade sul caiu de 39% em 1939 para 32% em 1990.

A indústria se reduziu em termos relativos em dois terços num período de cinquenta anos. O PIB industrial da metade sul caiu de 35% em 1939 para 12% em 1990.

O PIB do setor terciário da metade sul caiu de 29% em 1959 para 18% em 1990, também houve um recuo nesse setor.

Como pode observar-se pelos dados apresentados a maior redução se deu no setor industrial. A indústria gaúcha com o avanço do processo de industrialização foi concentrando-se na região nordeste do es-

tado, chegando em 1990 a ter 72% do PIB industrial do estado.

O esvaziamento produtivo que ocorreu na metade norte também ocorreu com a população. Os fluxos migratórios foram em direção ao nordeste do estado, o maior gerador de empregos. Entre 1960 e 1996 a metade sul apresentou um fluxo de emigrantes de 400.000 pessoas. A metade sul do estado que tinha 52% da população do estado, em 1890, viu reduzir sua participação para 36% em 1940 e 25% em 1991. A queda no PIB foi maior que na população, isto explica uma parte do processo de empobrecimento relativo da metade sul.

Além da queda da participação do PIB industrial da metade sul do estado, a participação no total de empregos industriais também vem caindo nos últimos 15 anos. Em 1986 10,7% dos empregos eram da metade sul e em 1993 este percentual caiu para 8,92%.

Nos últimos anos face ao processo de abertura econômica produtos importantes da metade sul vinculados às cadeias produtivas da orizicultura e da pecuária de corte, sofreram a concorrência de produtos importados. Também uma terceira cadeia produtiva ligada à fruticultura e a produção de conservas, especialmente de pêssego, também vêm enfrentando problemas de concorrência dos produtos importados.

Bello & Macadar (2000), fizeram um estudo que analisa o impacto na abertura econômica no setor externo da economia gaúcha. Mesmo com a abertura econômica a expansão das exportações não foi muito significativa. Entre 1989 e 1998 enquanto as exportações mundiais cresciam a uma taxa de 7,5% ao ano, as exportações do Brasil cresceram a uma taxa de 4,5% a.a. e as do Rio Grande do Sul a 4,7% a.a. Em relação às importações do Rio Grande do Sul, entre 1992 e 1999 estas cresceram a uma taxa média anual de 13,9% a.a. Apesar das importações terem crescido a uma taxa maior que a das exportações, o Rio Grande do Sul continuou apresentando um superávit comercial, que foi reduzido de US\$ 3 bilhões em 1992 para US\$1,7 bilhões em 1999.

Produtos importantes para a metade sul do estado sofreram a concorrência de

produtos importados, como é o caso da carne: Entre 1992 e 1997 as importações desse produto aumentaram em 5,6 vezes; enquanto que as do leite em 6,2 vezes e as de cereais em 2,76 vezes. Era previsível que sendo a dotação dos fatores da metade sul do Rio Grande do Sul, semelhante àquela do Uruguai e das províncias vizinhas da Argentina, a importação de produtos homogêneos seria uma consequência que traria o aumento da oferta, por um lado, e a queda dos preços, por outro lado. A consequência disto seria a perda de renda e por tanto o maior empobrecimento da metade sul do Rio Grande do Sul.<sup>5</sup>

Engevix(1997a), também fizeram alguns estudos sobre o impacto do Mercosul na metade sul do estado. O Brasil exporta para países fora do Mercosul apenas 17% em máquinas e equipamentos, enquanto que para o Mercosul as exportações chegam a 41%.<sup>6</sup> Por outro lado, as exportações da agricultura e alimentos para fora do Mercosul representam para o Brasil 27% de suas exportações e para o Mercosul esse percentual chega apenas a 11%.

Esses dados permitem concluir que o Brasil exporta para o Mercosul principalmente produtos manufaturados (como máquinas e equipamentos, produtos químicos, petroquímicos e plásticos, que totalizam 57% da pauta).

Em relação às importações, o Brasil compra fora do Mercosul 6% de produtos da agricultura e alimentos enquanto que o percentual do Mercosul chega a 39%. Somado a esse percentual as importações de produtos minerais, o total do mercosul chegaria a 55%.

Isto permite concluir, que o Brasil com o Mercosul tem uma pauta de comércio di-

<sup>5</sup> De acordo com a teoria de neoclássica do comércio exterior quando há processos de integração econômica os mais afetados serão os produtores de produtos homogêneos que tenham baixa produtividade em relação aos produtores dos outros países. Entretanto, no caso do Mercosul, tanto a questão da valorização cambial quanto o uso da política comercial como instrumento de combate à inflação estiveram presentes nesse processo.

<sup>6</sup> Os dados são do Inat e se referem ao ano de 1993. Há claras evidências do avanço do comércio intra-indústria entre o Brasil e a Argentina, sobretudo na indústria automobilística. Este tipo de comércio é característico de setores altamente oligopolizados.

ferenciada daquela do resto do mundo. No comércio com o Mercosul, nas exportações, predominam as manufaturas e nas importações os produtos agrícolas, alimentos e produtos minerais. Ou seja, o Brasil em relação ao Mercosul tem um perfil de país desenvolvido exportando manufaturas e importando produtos agrícolas e matérias primas.

Esta pauta tem, reflexos no comércio exterior do Rio Grande do Sul. A metade sul do estado é a principal produtora de arroz, carne de gado, peles e couros. Nas importações do Rio Grande do Sul procedentes da Argentina, aparecem entre os seis itens mais importantes produtos como: trigo em grãos, couros e peles bovinas, cebola fresca e arroz; produtos produzidos pela metade sul do estado. Já nas importações procedentes do Uruguai, entre os seis primeiros produtos tem-se: bovinos para corte e arroz. Finalmente, do Paraguai, entre os seis primeiros itens aparecem: soja, couro de pele bovina inteira, couro de pele bovina curtido e trigo.<sup>7</sup>

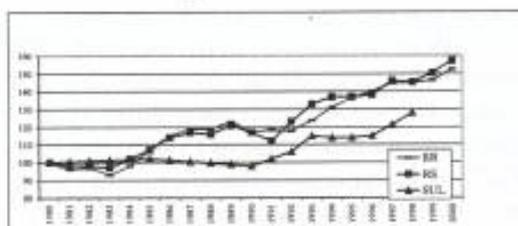
Mesmo com as evidências apresentadas Engevix(1997a) conclui que o comportamento das exportações e importações para o Mercosul não permitem oferecer justificativas para responsabilizar o processo de integração pelo atraso da metade sul do estado. Esta conclusão, no entendimento do autor, parece ser precipitada dado que foram analisados apenas dados de dois anos, 1994 e 1995, e não foi realizada uma análise dos preços no mercado interno e o impacto que teriam tido essas importações nesses preços.

Por outro lado fazendo uma análise mais global da questão e de acordo com dados da Engevix(1997a, p.25 ),

A metade sul do Rio Grande Sul, apesar de abranger 54,3% da área total do estado, tem apresentado indicadores socioeconômicos pouco favoráveis.(...)<sup>8</sup>Paradoxalmente o Rio Grande do Sul, juntamente com Minas

Gerais e Paraná, disputa a terceira posição no *ranking* dos estados brasileiros, de acordo com os indicadores de riqueza e infra-estrutura econômica e social elaborados pela empresa de consultoria Simonsen Associados.

Nos últimos 13 anos, entre 1985 e 1998, tem havido um distanciamento do ponto de vista de crescimento econômico da metade sul do Estado em relação ao crescimento econômico do estado de RS com um todo e também do Brasil. Isto pode ser visualizado no gráfico 1.



Fontes:

1. Engevix(1997a) de 1980 até 1995.
2. Dados do IBGE e FEE para o período 1996-2000. Para a metade sul cálculos próprios do autor a partir de agregação de microrregiões.

O relatório Engevix(1997b) mostra alguns dados que são importantes para caracterizar a metade sul do Rio Grande do Sul. O tamanho médio dos estabelecimentos agropecuários representa todo um processo de apropriação e uso da terra. Na metade sul os estabelecimentos acima de 100 ha.concentram a maior parte da área de terra da região. Veja Tabela 1

Tabela 1: Estrutura fundiária da metade sul -1985

Tamanho do estabelecimento	Estabelecimento		Área	
	ha.	Quantidade	Percen-tuais	Quantidade
<20	104.531	53,96	898.701	6,05
20-50	42.644	22,99	11.278.587	8,61
50-100	15.101	8,14	1.037.284	6,99
100-1.000	20.481	11,04	6.157.346	41,47
1.000 e mais	2.725	1,47	5.477.037	36,88
Total metade sul	185.482	100,00	14.848.955	
Total Estado RS	496.579		33.821.695	
% da metade sul		37,35		62,33

Fonte: Engevix(1997b).

Dados: IBGE: Censo agropecuário do Rio Grande do Sul, 1985.

<sup>7</sup> Estes dados se referem aos anos a 1994 e 1995 e os dados são do MICT7SECEX7DTIC e da SEDAI/RS.

<sup>8</sup> De acordo com esses indicadores a participação da metade sul na população do Rio Grande do Sul caiu de 52% em 1890 para 25% em 1991. A participação no PIB caiu de 38% em 1939 para 18% em 1990. Finalmente, a participação no PIB industrial teria caído de 35% em 1939 para 13% em 1990.

A tabela 1 mostra que 12,5% dos estabelecimentos têm 78% da área de terras da região. O tamanho dos estabelecimentos:

Reflete, é verdade, a inércia histórica – que se traduz ou se materializa na densidade demográfica rural, a estrutura psicológica da posse da terra – uma constância do patrimonialismo.(...)

O grande estabelecimento está vinculado, no caso da Metade Sul, à exploração pecuária, preservada – com diversas crises de diferentes intensidades – pelos e durante os diferentes “ciclos do boi”, onde a intensidade dos investimentos é baixa.(...).

A questão do significado do tamanho dos estabelecimentos, não é geométrica, mas estratégica. Por um lado, a estratégia individual do agente econômico que utiliza a terra não só como valor de reserva, mas como adicional de renda através da renda fundiária ou simplesmente como reserva de valor, especialmente quando a história regional foi sujeita a diversos ciclos econômicos, alguns dos quais “desastrosos”(…). Engevix(1997b, p.234-237).

Na citação anterior os autores mostram como é possível estabelecer elos de ligação entre a estrutura da propriedade da terra, o atraso da metade sul, face aos baixos investimentos exigidos e o uso da terra ou como reserva de valor ou como adicional de renda. A isto poderia acrescentar-se que rendas advindas dos pólos de serviços reforçam essa tendência de concentração da propriedade.

De acordo com Engevix(1997b) a metade sul entre 1980 e 1990 diminuiu sua participação no PIB estadual de 21,86% em 1980 para 18,19% em 1990. Esse comportamento estaria relacionado com o comportamento do setor agropecuário da metade sul que nos anos 90 reduziu sua participação no estado de 39,01% para 34,27%, ou seja, 4,74 pontos percentuais a menos em dez anos. Já a participação da indústria da metade sul,

no mesmo período, caiu de 14,41% para 12,69%, uma queda de 1,72 pontos percentuais.

Outro dado importante citado no estudo Engevix(1997b) se refere à distribuição espacial do PIB da metade sul. Veja tabelas 2 e 3 e anexo 1 para localização.

Tabela 2: Distribuição do PIB da metade sul por regiões

Regiões	Anos			
	1980	1985	1990	1994
Campanha	7,79	8,64	8,02	8,30
Central	21,66	22,38	21,60	21,68
Centro sul	6,65	7,88	8,04	9,99
Fronteira oeste	24,83	23,88	21,53	22,14
Sul	35,07	32,53	36,62	33,82
Vale do rio pardo	3,55	3,53	3,11	3,01
Litoral	0,45	1,16	1,08	1,06
<b>Metade Sul</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Engevix(1997b)  
Dados da FEE.

Tabela 3: Taxas médias anuais de crescimento do PIB das regiões da metade sul.

Regiões	Períodos		
	1980-1990	1990-1994	1980-1994
Campanha	0,00	4,56	1,28
Central	(0,32)	3,78	0,83
Centro sul	1,62	9,45	3,80
Fronteira oeste	(1,71)	4,40	0,00
Sul	0,14	1,63	0,56
Vale do rio pardo	(1,60)	2,85	(0,35)
Litoral	8,97	3,20	7,29
<b>Metade Sul</b>	<b>(0,29)</b>	<b>3,67</b>	<b>0,83</b>

Fonte: Engevix(1997b)  
Dados da FEE.

As tabelas 2 e 3 mostradas anteriormente mostram movimentos diferenciados entre as regiões. Do ponto de vista genérico não houve grandes alterações na distribuição espacial do PIB entre as regiões, sendo as mais importantes a sul, onde se localiza o pólo Pelotas-Rio Grande, com cerca de 35%; a região fronteira oeste com 22%, pólo pecuário e arroteiro; e a região central com

21%, que gira em torno do pólo de serviços da cidade de Santa Maria.

A região centro sul é que mais expandiu sua participação de 6,65% para 9,99%.(veja tabela 2). Este crescimento, segundo Engevix(1997b), deve-se à expansão do setor industrial desta região nos municípios de São Jerônimo e Charqueadas e também à expansão na cultura do arroz irrigado nos municípios de Camaquã e Tapes. Este crescimento se deu basicamente nos anos 90, quando essa região cresceu a uma taxa de 9,45 a.a.

A região fronteira oeste é a que mais perdeu participação no PIB. Nessa região predomina a atividade pecuária, que responde por 1/3 dos bovinos da metade sul, e a lavoura orizícola. Mesmo com a recuperação que teve essa região nos anos 90, não foi suficiente e permaneceu estagnada no período que vai de 1980 a 1994.(veja tabela 3).

Finalmente, Engevix(1997b) conclui que aquelas regiões que tinham uma estrutura produtiva mais diversificada tiveram um melhor desempenho em termos de sua participação no PIB da metade sul. Pelo contrário, aquelas regiões com uma estrutura setorial muito concentrada, sobretudo na atividade agropecuária, considerando que o predomínio é da bovinocultura e do plantio de arroz, tiveram uma pior performance com relação a sua participação do PIB.

Tentando explicar a dinâmica regional Engevix(1997b) apresentam o modelo de Brunet<sup>9</sup>, segundo o qual a dinâmica regional pode inserir-se num sistema circular que correlaciona P (população, representada pela força de trabalho); I (a informação); R(os recursos); C(capital) e M (meios de produção pelos quais são organizados os espaços). Isto pode ser visualizado na tabela a seguir.

Tabela 4: Relações externas dos elementos de uma estrutura regional – caso metade sul

Elementos	Exporta	Importa	Balanco
( P ) - População	+		-
( I ) - Informação		+	-
( R ) - Recursos	0	0	+
( C ) - Capital			-
( M ) Meios de produção	0	0	+

Fonte: Engevix(1997b)

Cada um dos elementos da tabela anterior está relacionado com os demais e com o exterior do espaço construído através de importações e exportações, o que permite um balanço. Segundo Engevix(1997b, p. 120):

Os dados revelam que a metade sul tem um balanço positivo de recursos, isto é, uma reserva significativa de terra (campos) e tecnologias aptas para produção pastoril (a herança histórica de uso da terra age aqui como recurso), e de meios de produção(pecuária). A dinâmica regional está desacelerada por falta de capitais, fato que admite duas interpretações:

- 1) a falta real de acumulação, seja decorrente de sua característica de "baixa concentração"(Cláudio Accurso), seja pela imobilização;
- 2) a falta de aplicação desses capitais em projetos de inovação (quase sempre de riscos); pela tradição resultante da abundância de terra, o que se alia também, as determinações das políticas públicas (Cloraldino Severo).

Ou seja, as razões do atraso da metade sul se encontrariam na falta de capitais, embora os autores não mostrem maiores evidências da tese apresentada.

Alonso(1984) fez um estudo das desigualdades regionais no Rio Grande do Sul, no período compreendido entre 1939 e 1970. Para isto fez uma divisão do território

<sup>9</sup> Na bibliografia aparece citado o autor Brunet, Roger. Géographie universelle, t.2. Hachette/Reclus. Paris, 1991. Não há maiores referências a esse modelo.

gaúcho em microrregiões homogêneas. Este autor utilizou um coeficiente de desigualdades regionais que mede o desvio da renda per capita microrregional em relação à renda per capita do estado, ponderada pela participação relativa de cada microrregião na população do estado.

A hipótese do trabalho do Alonso(1984) era que as desigualdades inter-regionais de renda teriam se acentuado no período de estudo, tal como previsto pela teoria de Myrdal, ou seja, o crescimento econômico teria uma tendência concentradora, deste ponto de vista a distância entre as microrregiões mais ricas e mais pobres tenderia a aumentar.

Nas conclusões esse autor confronta seus resultados com a teoria da causação circular acumulativa de Myrdal<sup>10</sup> e conclui que nos anos 40 e 60, do século passado, os níveis de renda interna per capita entre as microrregiões se distanciaram, isto é, aumentou a diferença entre as áreas mais ricas e as mais pobres. Já na década de 1950, a evolução dos coeficientes de desigualdades regionais mostrou convergência nos níveis de renda. Alonso(1984) atribuiu o comportamento desses coeficientes, na década de 50, em movimento contrário a teoria de Myrdal, ao processo de industrialização e às migrações rural-urbanas, que diminuíram a população no campo e aumentaram nos centros urbanos, provocando alterações relativas na renda per capita.

Aproveitando os dados de Alonso(1994) foi efetuada pelo autor uma simulação tentando verificar a evolução da renda per capita em termos comparativos comparando a metade norte e metade sul do estado. Os resultados são apresentados na tabela seguinte.

<sup>10</sup> Ver ao respeito Gunnar Myrdal, Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas. Rio de Janeiro, Saga, 1968. Segundo este autor o processo de crescimento quando deixado apenas nas mãos do mercado, ou seja, na oferta e a demanda, tende, em geral a aumentar e não a diminuir as disparidades regionais. A transferência de recursos das áreas mais pobres para as mais ricas se daria através do intercâmbio comercial, dos investimentos e das migrações. O ciclo da pobreza seria acumulativo. Esta tese seria aplicada entre países mais ricos e mais pobres e também a nível regional.

Tabela 5: Renda per capita da metade norte e sul do Rio Grande do Sul valores em Cr\$ 1.000

regiões	1939	1949	1959	1970
Metade norte	1,15	3,95	24,98	1,96
Metade sul	1,38	4,47	31,05	1,56
sul/norte	1,2001015	1,1303092	1,2429157	0,7959668
deterioração 1939-1970				-34%

Fonte: Elaboração própria com dados de Alonso(1984)

A tabela anterior mostra que houve uma deterioração na renda per capita entre 1939 e 1970 de 34%. Deve destacar-se que entre 1939 e 1959 a renda per capita do sul era maior que a do norte. Entretanto já em 1970, mesmo com os fluxos migratórios em direção à região nordeste, pólo industrial do estado, os desníveis regionais entre norte e sul começam a aprofundar-se.

Num período mais recente a situação parece ter piorado. Utilizando dados da FEE(2000) o autor calculou a relação entre a renda per capita da metade sul e da metade norte, para o ano de 1996. Nesse ano relação chegou a 0,712 tendo piorado em relação ao valor de 0,795 correspondente a 1970, mostrado na tabela 4.

Alonso & Bandeira (1990) fizeram um estudo da distribuição desigual do crescimento econômico do estado no período 1939-1988. De acordo com esses autores no período pesquisado se acentuaram as tendências de concentração da produção industrial na região nordeste do estado e de produção agropecuária na região norte do estado.

A metade sul do estado reduziu sua participação no PIB industrial de 32% em 1939 para 14% em 1980. Nos anos 80 esta tendência continuou, a participação da metade sul no valor agregado fiscal caiu de 23% em 1980 para 15% em 1988.

No PIB agropecuário entre 1939 e 1980 a metade sul manteve sua participação em 34%, entretanto na metade norte do estado, a região norte aumentou sua participação de 29% para 39%, face à expansão das culturas da soja e o trigo. Nos anos 80 o setor agropecuário da metade sul reduziu

sua importância, sua participação no valor agregado fiscal caiu de 39% em 1980 para 32% em 1988.

Alonso & Bandeira (1990) concluem que apesar de ter havido, nos anos 70, uma expansão da cultura do arroz, da soja e do trigo em áreas antes ocupadas com pecuária na metade sul do estado a participação no PIB estadual não aumentou entre 1939 e 1980. Nos anos 80 a lavoura do arroz continuou expandindo-se mais a participação no valor adicionado fiscal continuou caindo.

Em relação à indústria Alonso & Bandeira (1990) concluem que a tendência à concentração industrial na região nordeste do estado aumentou nos anos 70. Enquanto o eixo Porto Alegre-Caxias do Sul, localizado na região nordeste do estado, aumentou sua participação de 47%, em 1939, para 68%, em 1980, a região norte encolhia sua participação de 11% para 8%. Nos anos 80 a tendência concentradora foi reforçada pela implantação do pólo petroquímico de Triunfo localizado na área de influência da região nordeste.

De acordo com Mármol & Rondinel (1993), embora o Rio Grande do Sul tivesse em 1991 o melhor índice de desenvolvimento humano (IDH) do país, apresentava por outro lado desigualdades regionais acentuadas entre as regiões norte e sul do estado. A renda per capita da metade sul equivalia em 1991 a 57% daquela que existia no norte do estado.<sup>11</sup> Além de ter quase metade da renda per capita da região norte, a metade sul apresentava um índice de concentração de renda 10% mais elevado que o da metade norte.<sup>12</sup>

<sup>11</sup> De acordo com Alexandre Rands Barros: *Desigualdades regionais no Brasil: causas da reversão da tendência na última década*. Anais da ANPEC 1997, vol 1; o Brasil é um país com sérios problemas regionais, tendo como principal característica deste fenômeno o atraso relativo do nordeste, a sua região mais pobre e segunda mais populosa. De acordo com dados da Sudene, a renda per capita do nordeste em 1995 foi 46,7% da renda per capita do resto do Brasil (Brasil menos Nordeste). (grifo nosso)

<sup>12</sup> O coeficiente de Gini era de 0,6038 na metade sul e 0,5533 na metade norte. A região fronteira oeste na metade sul tinha o maior coeficiente de Gini 0,6323. Esta região que é a maior produtora de arroz e tem o maior rebanho de ovinos e bovinos da metade sul, caracteriza-se por ter grandes propriedades rurais.

Nesse estudo também se mostra que, em 1990, a metade sul concentrava 91% da produção de arroz do estado de RS, 61% do rebanho de bovinos e 89% do rebanho de ovinos. Isto reforça informações colocadas anteriormente em relação ao perfil agropecuário da metade sul.

Os autores concluem seu estudo colocando que os efeitos do Mercosul poderão ser prejudiciais para a metade sul por ter um perfil, do ponto de vista de dotação de fatores e produção, semelhante aquele dos países platinos.

Visando analisar as causas dos desequilíbrios regionais no Brasil, Souza(1993), testou para o Brasil, o princípio de causalção circular e acumulativa de Myrdal e a hipótese de Kuznets.

Kuznets estabeleceu a hipótese de que as desigualdades aumentam com o crescimento econômico, atingem um pico máximo e depois declinam gradativamente, com o mercado promovendo o crescimento mais equilibrado do ponto de vista espacial. Colocando-se num gráfico os índices das desigualdades regionais, em função do tempo, em função do tempo, a curva resultante apresentaria a forma de um U invertido. Souza(1993, p.49).

Os resultados do trabalho de Souza(1993), que utilizou a mesma fórmula de Alonso(1984), mostram que o índice de desigualdades regionais era de 0,78 em 1939 e permaneceu estável em 0,72 em média entre 1947-1955, declinando nos anos seguintes com um pico de 0,65 em 1970. Segundo Souza(1993) a política governamental desde meados dos anos 50 teria contribuído para redução das disparidades regionais. Entretanto, com o crescimento acelerado do período do milagre brasileiro as desigualdades teriam aumentado novamente.

Por outro lado, Barros(1997) mostra dados das desigualdades regionais no caso do nordeste brasileiro. Segundo esse autor entre 1947 e 1955 houve um aumento das desigualdades regionais, ao contrário de Souza(1993) que diz que houve estabilidade. Entre 1968 1976 (quase o período do milagre) teria havido um aumento dos des-

níveis regionais ao contrário de Souza que constata, para o Brasil, uma redução dos desníveis regionais. Mas finalmente no período mais recente após 1985 teria iniciado um novo período de reversão que teve continuidade até 1995.

Para Barros(1997) a explicação da reversão da tendência passa a ser consequência de um novo paradigma de desenvolvimento. Isto teria ver com a política de abertura econômica aplicada já no final do governo Sarney e aprofundada nos anos 90 nos governos Collor-Itamar e depois consolidada nos dois períodos do governo Cardoso.

Barros(1997) conclui que a reversão na tendência de diminuição das desigualdades não é necessariamente passageira. Para ele, é pouco provável que o novo paradigma de desenvolvimento seja mudado num futuro próximo por causas das circunstâncias internacionais que continuam favorecendo este modelo.

Analisando as causas da pobreza rural no Brasil, Veiga(1998) afirma que a pobreza rural estaria ligada à existência do latifúndio. Para este autor:

Nos anos 90, estudos sobre o impacto da distribuição da renda e da riqueza no crescimento econômico passaram a considerar também a influencia exercida nessa relação pela variável política, particularmente pelos processos eleitorais. Foi assim que, tanto Persson & Tambellini (1992,1994), quanto Alesina & Rodrick(1994), chegaram a duas conclusões essenciais: *i) a desigualdade na distribuição da propriedade da terra sempre apresenta correlação negativa com o crescimento subsequente; ii) quanto maior a desigualdade de riqueza e de renda, menor crescimento, principalmente nas democracias* (grifo nosso).Veiga(1998, p 1687).

Desse modo Veiga(1998) conclui que a concentração na propriedade na terra retarda o crescimento econômico e que a maior concentração de renda menor crescimento econômico. Essa conclusão pode ser ilustrativa na análise do caso metade sul do estado Rio Grande do Sul. Nessa região conforme foi mostrado anteriormente se reu-

nem todas as características antes referidas como: concentração da propriedade da terra, predomínio da grande propriedade rural, concentração da renda e predomínio de atividades primárias de baixo efeito multiplicador.

Por outro lado, de acordo com Benetti (2000), nos anos 90 ocorreu uma profunda transformação no setor de agronegócios no Brasil e também no Rio Grande do Sul. Estas transformações significaram um processo de concentração de capital na produção agro-industrial com aproveitamento de economias de escala inibindo a entrada de novas firmas. Na agropecuária se deu o mesmo de fenômeno, ou seja, houve um aumento da importância dos estabelecimentos entre 100-500 (ha) e acima de 500 (ha).<sup>13</sup>

O mecanismo mais importante de concentração, nesse período, foi o processo de fusões e aquisições (FAS) de empresas, seguindo a tendência internacional, onde houve uma forte participação do capital estrangeiro.<sup>14</sup>

A abertura econômica, a expansão agrícola do cerrado e a redução dos subsídios à agricultura provocaram uma redução de 900 mil de hectares na área colhida de grãos do Rio Grande do Sul entre 1985 e 1995, dos quais 42% foram da metade sul do estado.

<sup>13</sup> Benetti(1990, p. 103-106), mostra dados do Rio Grande do Sul, Paraná e Minas Gerais, estados onde a pequena propriedade, estabelecimentos até 50 (há), era importante, e que entre 1985 e 1995 diminuiu sua participação nas lavouras temporárias (arroz, feijão, milho, soja, e trigo). Deste modo aumentou a participação dos estabelecimentos maiores entre 100-500 (ha) e acima de 500 (ha). Nas novas fronteiras agrícolas, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, onde predomina a grande propriedade, os estabelecimentos acima de 100 (há) também aumentaram sua participação na área colhida de culturas temporárias.

<sup>14</sup> Segundo o relatório da UNCTAD (2000, p.9), o processo de FAS cresceu muito na segunda metade dos anos 90. As FAS que tinham crescido a uma taxa média anual de 25% no período 1986-1995, passaram a crescer a uma taxa de 47% a.a. entre 1996 e 1999. Isso dentro de um cenário no qual haveria uma tendência a queda na formação bruta de capital fixo, que a nível mundial passou de uma taxa de 13,5% a.a. entre 1986/90, para 5,9% entre 1991/95 e -1,4% entre 1996/99. Finalmente o relatório coloca que em 1999 o fluxo de investimento estrangeiro direto mundial teria chegado a 800 bilhões de dólares, enquanto isso o fluxo de FAS chegou a 720 bilhões de dólares. Ou seja, as FAS quase equivalem a todo o IED.

Finalmente Benetti (2000) conclui que:

No início do novo milênio está em curso uma verdadeira revolução em âmbito da produção agrícola, que se traduz na possibilidade de **criação de novos produtos**, liberando-a de vez dos constrangimentos de reproduzir indefinidamente o mesmo número limitado de bens. A agricultura poderá deixar a condição de produtora de commodities, e o seu crescimento dar-se-á (...) através da capacidade de **diferenciar produtos** na sua própria órbita de produção. (Grifo nosso).

Ou seja, segundo a autora o crescimento da produção e a competitividade serão resultado de inovação tecnológica e diferenciação do produto. O desenvolvimento da engenharia genética deverá contribuir para isto, como é o caso da soja transgênica. A questão é saber como reagirão os produtores que têm grandes extensões de terras e que não têm uma preocupação muito grande com a produtividade, considerando que a produção, por exemplo, de carne de gado e arroz do Rio Grande do Sul se destinam ao mercado interno e o país mesmo tendo uma taxa de câmbio muito desvalorizada, enfrenta restrições serias do ponto de vista das importações que não podem ser expandidas face ao déficit em conta corrente que ainda tem o país, mesmo que ele caído em de 1999 a 2002.

Finalmente Cano (1994), analisando as perspectivas para a questão regional no Brasil considera que nos anos 90 estamos vivendo num novo período onde predominam as políticas chamadas de corte neoliberal. As palavras de ordem seriam: privatização, abertura econômica comercial e financeira, integração competitiva ao mercado internacional, predomínio da eficiência e da competitividade. Tudo isto teria reflexos na questão regional, pois haveria um rearranjo produtivo com reflexos na concentração e centralização de capitais, com predomínio de fusões e aquisições de empresas.

Segundo Cano (1994)

A fragilização do Estado nacional, de um lado, e a voracidade da concorrência e a

velocidade das transformações financeiras e produtivas, de outro, abalaram o caráter do Estado de Bem-Estar Social, colocando no primeiro plano a palavra **eficiência** e em segundo plano a palavra **equidade**. Não há, a rigor, lugar nesse mundo ideológico para a palavra equidade.

Deste modo as políticas de desenvolvimento regional teriam segundo esse autor saído da moda, e as políticas de desenvolvimento regional teriam caído em desuso. Isto faria apontar para o fato de que a questão regional voltaria a tona nos anos 90.

### Conclusão

Embora os dados apontados sejam pontuais eles permitem concluir que nos anos 90 houve continuidade do processo de empobrecimento relativo da metade sul do estado do rio grande do sul em relação à metade norte.

O processo de abertura econômica que houve nos anos 90, com queda de barreiras tarifárias e não tarifárias, propiciou um aumento significativo de importações de produtos que são produzidos pela metade sul do estado, o que ocasionou um distanciamento da renda interna dessa região daquela da metade norte do estado.

Como não houve políticas compensatórias do estado, em nível federal e estadual, o resultado foi um maior empobrecimento relativo dessa região.

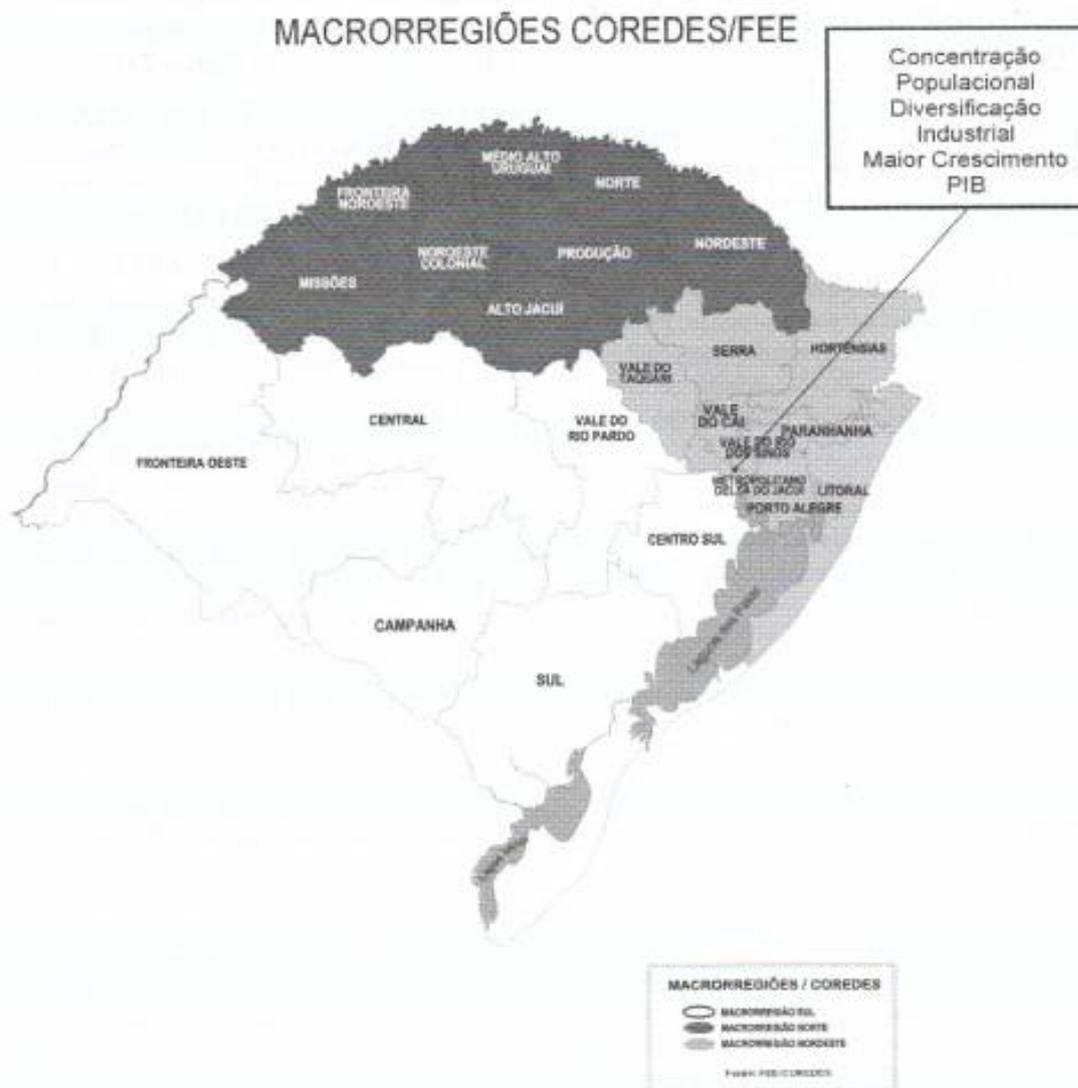
A diminuição da área plantada na metade sul tem a ver com a falta de competitividade da produção nacional, pelo qual seria necessária uma política agropecuária estratégica ativa, que vise aumentar a competitividade da produção agropecuária, para que esta possa enfrentar a concorrência da produção importada.

Também seria necessário que se desenvolvesse a diferenciação de produtos, para o qual também seria necessária uma ação do estado para apoiar aos produtores, o que feito pelos principais produtores mundiais, União Européia e Estados Unidos.

## Referências bibliográficas

- ALONSO, José A. F. & Bandeira, Pedro S. Crescimento inter-regional no Rio Grande do Sul, nos anos 80. in Almeida, Pedro F. C. de. (Coord.) *A economia gaúcha e os anos 80: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira*. Porto Alegre: FEE: 1990. p.67-130.
- ALONSO, José A.F. *Evolução das desigualdades inter-regionais de renda interna no rio grande do sul 1939-1970*. Porto Alegre: FEE. 1984. 161 p.
- AZZONI, Carlos R. Equilíbrio, progresso técnico e desigualdades regionais no processo de desenvolvimento econômico. *Análise econômica*, v. 11, n.19, Faculdade de ciências econômicas UFRGS, março 1993, p. 5-28.
- BARROS, Alexandre R. *Desigualdades regionais no Brasil: causas da reversão da tendência da última década*. Anais da ANPEC, v.1; 1997. p.40-60.
- BELLO, Teresinha da S. & Macadar, Beky M. O contexto internacional e o comércio externo do Rio Grande do Sul na década de 90. In: Flingspan, Flávio (Coord.) *Economia gaúcha e reestruturação nos anos 90*. Porto Alegre: FEE, 2000.p. 159-209.
- BENETTI, Maria D. Reestruturação do agronegócio no Brasil e no Rio Grande do Sul nos anos 90: concentração, centralização e desnacionalização do capital. In: Flingspan, Flávio (Coord.) *Economia gaúcha e reestruturação nos anos 90*. Porto Alegre: FEE, 2000.p. 63-116.
- CANO, Wilson. Perspectivas para a questão regional no Brasil. *Ensaio FEE*, v.15, n.2, p.312-320.Porto Alegre, 1994.
- ENGEVIX ENGENHARIA S/C Ltda. *Plano de reestruturação econômica para a metade sul do Rio Grande do Sul*. Secretaria de coordenação e planejamento do estado do Rio Grande de Sul. Porto Alegre: 1997a. Vol.I Concepção geral, estudo sobre o Mercosul. 50 p
- ENGEVIX ENGENHARIA S/C Ltda. *Plano de reestruturação econômica para a metade sul do Rio Grande do Sul*. Secretaria de coordenação e planejamento do estado do Rio Grande de Sul. Porto Alegre: 1997b. Vol.II Características da região. 295 p.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA.(FEE) *Anuário estatístico do rio grande do sul*. FEE-Porto Alegre: 2000. Banco de dados em CD rom.
- IPEA/IBGE, UNICAMP/IE/NESUR,IPARDES. *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: redes urbanas regionais: Sul*. Brasília: IPEA, 2000. v.6; 206 p.
- MÁRMOL, Israel & Rondinel, Ricardo. *Situación y perspectivas económicas frente al Mercosur de la mitad sur del estado de Rio Grande del Sur – Brasil*. Seminario: Situación y perspectivas socio-económicas de tres regiones limítrofes del Mercosur. Uruguay: 1993.
- SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO, FEE, METROPLAN. *Crescimento regional no rio grande do sul: tendência e desafios*. Núcleo de desequilíbrios regionais. Projeto RS 2010. Porto Alegre, 1987.
- SOUZA, Nali de. Desenvolvimento polarizado e desequilíbrios regionais no Brasil. *Análise econômica*, v. 11, n.19, Faculdade de ciências econômicas UFRGS, março 1993, p. 29-59.
- UNCTAD, *Informe sobre las inversiones en el mundo 2000: Las fusiones y adquisiciones transfronterizas y el desarrollo*. Conferencia de las Naciones Unidas para el Comercio e Desarrollo, ONU, Nueva York-Ginebra, 2000, 103p.
- VEIGA, José E.da. *Pobreza rural, distribuição de riqueza e crescimento: a experiência brasileira*. Anais da ANPEC, v.3; 1998. p. 1683-1700.

Anexo I : Mapa do Rio Grande de Rio Grande do sul com micro-regiões.



Fonte : Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul.